

## **DESAFIOS DOS ALUNOS SURDOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL NO INTERIOR DO AMAZONAS: CASO DE EIRUNEPÉ**

Autor (1); Aline Simões Aguiar  
Co-Autor (2); Débora Conceição de Jesus  
Co-autor (3); Jéssica Gomes dos Santos Assencio

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFAM/ campus Eirunepé- [gab.ceiru@ifam.edu.br](mailto:gab.ceiru@ifam.edu.br)*

### **Introdução**

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2017, **Desafios para a Formação Educacional de Surdos**, levaram 7,6 milhões<sup>1</sup> de brasileiros a discorrer sobre as leis, formação de professores, ingresso e permanência de alunos com surdez nas escolas brasileiras, algo novo e desafiador. Os veículos de comunicação promoveram debates com profissionais especialistas na área de Inclusão, proporcionando uma reflexão sobre o papel da família, do governo e da escola na inclusão e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

A inclusão no âmbito escolar perpassa o ingresso de alunos com NEE<sup>2</sup>. Para Serra:

promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidade. (SERRA, 2008: 33)

A escola é um espaço social que consiste em oferecer uma educação de qualidade, adequando seus currículos para atender a heterogeneidade das salas de aulas, propiciando um ambiente pautado no respeito, nas diferenças, solidariedade e valorização das habilidades individuais. No entanto, o que se percebe é um enquadramento dos alunos a um ensino ainda padronizado e homogêneo, o qual este é mensurado por uma nota atribuída na maioria das vezes pelas avaliações quantitativas.

“Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor, e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através de programas de formação continuada” (SERRA, 2008:34).

Em 1994, foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca” fruto dos debates na Conferência Mundial Sobre Educação Inclusiva, na Espanha, a qual estabelece que:

“Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e os gozo e exercícios dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidade”. (Declaração de Salamanca, 1994).

Segundo (SERRA, 2008) muito se tem falado em processo de inclusão, e quase sempre com o sentido de que inclusão e integração escolar seriam sinônimas. Na verdade, a integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto a inclusão escolar implica redimensionamento das estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educandos, adaptações curriculares, entre outros.

<sup>1</sup> O quantitativo de alunos inscritos foi retirado do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

<sup>2</sup> O termo Necessidades Educativas Especiais (NEE) está associado a pessoas com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e com dificuldades de aprendizagem derivadas de fatores orgânicos e/ou ambientais.

O *campus* Eirunepé recebeu no ano de 2017, uma aluna com surdez. Ela ingressou no Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio por meio das vagas destinadas ao PCDs<sup>3</sup>. Entretanto, a instituição não contava com um profissional especializado em Libras, o qual pudesse auxiliá-la em sala de aula e nas demais atividades propostas. Os professores não tinham formação inicial ou continuada em Libras, os colegas de sala não sabiam como estabelecer uma comunicação e os demais servidores sentiam-se incapacitados. Percebendo a demanda advinda no processo de incluí-la, buscou-se alternativas que ajudassem no processo de aprendizagem.

No levantamento bibliográfico realizado para este trabalho, pesquisou-se as leis que regem a Educação e a Educação Especial, buscou-se artigos em diversos periódicos, no intuito de encontrar parâmetros para iniciar o processo de alfabetização da aluna com surdez e planos de ensino que pudessem ser usados como base na oferta do curso básico em Libras.

O relato de experiência discorre sobre os benefícios do curso de Libras e os métodos usados no processo de inclusão da aluna surda em uma escola regular sem a presença de intérprete de língua de sinais.

O resultado explicita de forma clara e objetiva os avanços alcançados com o curso básico de Libras e as atividades realizadas no processo de alfabetização da aluna. A conclusão ressalta a relevância da escola, sociedade e família no processo de inclusão escolar.

## Metodologia

Trata-se de um relato de experiência que se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Aborda a relação professor-aluno, aluno-aluno no processo de inclusão escolar, na tentativa de eliminar os entraves criados por uma escolarização defasada dos surdos.

A partir dessa constatação, e com a chegada da aluna surda a instituição que não tinha em seu quadro de servidores um profissional qualificado, foi elaborado um projeto de extensão e submetido ao edital PROEX/PIBEX/IFAM Nº 02/2017, o qual contemplava uma parceria com uma escola que atendia 112 crianças com NEE e uma professora voluntária que ajudasse a aluna surda.

A primeira fase de desenvolvimento do projeto foi a alfabetização da aluna surda. Foram usados murais, apostilas, vídeos e um aplicativo desenvolvido por um aluno. A aluna frequentava as aulas no período regular e no contraturno aprendia a língua oficial dos surdos- LIBRAS.

A etapa seguinte constou da oferta básica do curso de Libras, para os professores, alunos e professores (colaboradores). As aulas foram realizadas no período noturno, com duração de 3 meses, contemplados em dois dias da semana, totalizando uma carga horária de 60h/aula.

Para os professores e alunos ouvintes as aulas eram realizadas com a presença de dois professores de Libras, os quais usaram *Datashow*, apostilas, caneta, lápis e borracha no ensino dos ouvintes. Todos os participantes foram avaliados no final do curso de forma dinâmica. Estes mantinham uma interação com colegas por meio de sinais, os quais eram constantemente avaliados pelos professores.

A fase final foi avaliação da aluna surda por meio de uma prova (sinais) realizado pela professora voluntária e a certificação de todos os cursistas que tinham mais de 75% de presença. O certificado foi emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFAM/*campus* Eirunepé.

---

<sup>3</sup> Pessoas com deficiência. Com a criação da Lei de Cotas nº 12711/2012, estabelece a reserva de vagas em concursos, faculdades e empresas.

## Resultados e discussões

Os resultados obtidos com o início da alfabetização da aluna, foi lento e gradativo, percebe-se uma necessidade de acompanhamento diário de um professor de Libras. Todavia, o curso básico em Libras foi satisfatório, promoveu a capacitação de professores, alunos e colaboradores.

Apesar do resultado satisfatório percebe-se que a inclusão somente ocorrerá de forma efetiva, quando políticas públicas de educação inclusiva não ficarem apenas no papel, devendo haver uma mudança na perspectiva do docente, que é a base da educação, da escola que recebe o aluno com NEE e uma adequação do espaço físico. Infelizmente, o aluno é apenas inserido na escola, na maioria das vezes, sem condições propícias de participar do cotidiano escolar, pois geralmente o ambiente institucional não é preparado para a inclusão desse aluno, quanto menos o professor, que fica sem saber como agir diante do que é considerado uma diversidade.

Dentre os principais resultados que este projeto alcançou, podem-se elencar inúmeros benefícios, como a aquisição do conhecimento da Língua de Sinais pela aluna surda; reconhecimento da Língua de Sinais como código linguístico específico para a interação social; compreensão dos desafios enfrentados pelos surdos na escola e na sociedade; aplicação da língua de sinais entre surdos/ouvintes (aprendida nas aulas) e abertura de um diálogo com os pais, os quais não matricularam seus filhos, com receio de serem excluídos.

## Conclusões

O motivo de execução desse projeto e a constatação que é possível retirar dessa experiência gira em torno de uma realidade que em breve desejamos que esteja superada, mas que, por agora, revela desafios enfrentados pelos muitos indivíduos não ouvintes que ainda precisam ter garantidos para si o direito de alfabetização e atendimento nos órgãos públicos em sua língua específica, a Libras. O poder público, lamentavelmente, ainda se mostra incapaz de oferecer alfabetização e atendimento em Libras em todos seus espaços e em todo o território brasileiro.

O que se espera é que a lei nº10.436, promulgada em 2005, continue formando profissionais competentes e dispostos a atuarem não apenas nos grandes centros urbanos, locais onde geralmente esses especialistas encontram qualificação, mas que disponibilizem-se a atuar também em locais distante dessas grandes cidades cuja comunidade surda ainda não tem garantida para si os benefícios provindos da promulgação da referida lei, como é o caso do município de Eirunepé.

Pode-se afirmar que o projeto executado foi um ato de rebeldia, pois decorreu da não aceitação do prolongamento de práticas pedagógicas excludentes que só prejudicavam a discente Maria Vitória e que não a preparavam para integrar-se na sociedade e torna-la produtiva e independente. Diante disso, procurou-se desenvolver um projeto capaz de colaborar para a melhoria da qualidade de vida da discente surda, despertar a consciência de todos os envolvidos nesse projeto na relevância de salvaguardar o direito dos jovens surdos de conhecer uma língua que lhes é específica além de popularizar e incentivar o uso de Libras por toda a comunidade ouvinte do campus. É importante não esquecer que a Libras é a segunda língua oficial do país e torna-se cada vez mais clara a obrigação de preparar linguisticamente os alunos pois atuarão ativamente na reconstrução da realidade brasileira, realidade que esperamos que com projetos como esse, torne-se um pouco menos excludente.

Por fim, é necessário mencionar alguns resultados imediatos: após o término do curso, os participantes compreenderam que todos precisam ser respeitados em suas especificidades e que a

educação deve ser equânime para todos os indivíduos que chegam às instituições de ensino. Além disso, a oferta do curso proporcionou a surdos, servidores e comunidade o conhecimento de uma nova Língua, a qual foi fundamental no processo de interação e integração que até então só existia por meio de sinais criados entre surdos e seus familiares.

## Referências

BRASIL. Guia PRONATEC de Formação Inicial e Continuada 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/fic/>>. Acesso em 01 abr. 2013.

BRASIL, **Lei Nº 10.436/2002** de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.doesp.net/federal.html>>. Acesso em: 06 de jul. 2014.

CORRÊA, V. L. A. dos S.; STAUFFER, A de B. Educação Inclusiva: repensando políticas, culturas e práticas na escola pública. In: SANTOS, M. P dos; PAULINO, M. M. (Org.). Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008. p.123-142.

INEP. **Quantitativo de inscritos em 2017**. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/enem-2017-tem-7-6-milhoes-de-inscritos/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/enem-2017-tem-7-6-milhoes-de-inscritos/21206)>. Acesso em: 04 de maio. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade Eirunepé**. Disponível em :<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130140&search=amazonas|eirunepé|infograficos:-historico>>. Acesso em: 09 de jan. 2018.

Portal MEC. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06 de maio. 2018.

QUADROS, Ronice. M. *et al.* **Estudos Surdos I, II, III e IV – Série de Pesquisas**. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro.

SERRA, Dayse. Inclusão e Ambiente Escolar. In: SANTOS, M. P dos; PAULINO, M. M. (Org.). Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 31-42.